

## Ata Número Quatro

7.14.1.4.1.4.1.4.1.4.1.4.1.4.1.4.1.4.1.4
Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, reuniu ordinariamente, na Sede do Grupo Desportivo Arouce Praia, em Foz de Arouce, a Assembleia Municipal,
·
com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:
1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara
sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira;
2 - Apreciação e votação da Alteração do Regulamento dos horários de
Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município da Lousã;
3 - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências no
  Agrupamento de Escolas da Lousã, no âmbito do processo de descentralização
de competências da Educação;
4 - Apreciação e votação da proposta de aprovação da Prestação de Contas
do ano financeiro de 2021
A Senhora Presidente da Mesa apresentou cumprimentos a todos com um
especial agradecimento ao Senhor António Carvalhinho pela cedência da
Sede do Grupo Desportivo Arouce Praia para a realização da sessão ordinária
descentralizada
CHAMADA:
Feita a chamada verificou-se a ausência de Marco Aurélio Sequeira que
justificou a falta e foi legalmente substituído por Ana Filipa Vidal, do PS e Maria
Carolina Cabral Henriques que justificou a falta e foi legalmente substituída por
Susana Barata que justificou a falta e foi legalmente substituída por Rui Morais e
Daniela Guerreiro que justificou a falta e foi legalmente substituída por Jorge
Pratas, da Coligação "É Hora de Mudar" - PPD/PSD-CDS/PP e Artur Jorge



Correia, Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras que justificou a falta e foi legalmente substituído, por Ana Isabel Vaz Cortez. -----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: ------A Senhora Presidente da Mesa informou que todos os cidadãos que pretendessem intervir, teriam de se inscrever, previamente, -----Inscrições: António Paulo Magro e António Joaquim Pereira. -----António Paulo Magro usou da palavra começando por questionar o Senhor Presidente da Câmara se o regulamento de serviços da APIN, ainda, é o modelo usado no Município de Góis. Seguidamente, deu nota de que até ao ano de dois mil e dezanove, as Câmaras Municipais tinham que remeter à ERSAR os dados para a elaboração do relatório anual, publicado posteriormente no site, onde era possível consultar a informação. Todavia, desde que entrou em funcionamento a APIN, deixou de existir essa informação, pelo que, perguntou se houve alteração de procedimentos. Seguidamente, e dado ter sido assinado o contrato-programa, para a constituição da área integrada da gestão da paisagem da Serra da Lousã, em julho passado, perguntou pelo evoluir da situação. -----António Joaquim Pereira usou da palavra para intervir a favor da localidade de Ponte Velha que, segundo as suas palavras, cresceu ao longo da Estrada da Beira. Referiu-se à assinatura do protocolo entre a Câmara Municipal e as Infraestruturas de Portugal, adiante designada por IP, sobre a passagem de troço para o domínio do município, regozijando-se com o facto de a localidade poder vir agora a ter obras de melhorias a vários níveis, passando a ter como prioridade as pessoas. Uma vez que estão em curso obras de intervenção da APIN solicitou que a Câmara Municipal fizesse um esforço adicional e equacionasse este momento e antes que o asfaltamento seja feito, para a possibilidade de construção de passeios, e que a entrada fosse feita pela rotunda que dá acesso à variante, evitando com isso vários acidentes. ------O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder às questões começando por endereçar cumprimentos a todos e em particular o Sr. António



Carvalhinho em representação do Grupo Desportivo Arouce Praia. Em seguida, informou que o regulamento de serviços da APIN é o mesmo e que será esta entidade a fazer o reporte de dados à ERSAR. Sobre a área integrada de gestão de paisagem, informou que está em curso a tramitação e tem havido reuniões entre a Câmara Municipal e os diversos titulares de terrenos na área abrangida por esta intervenção. Disse ter tomado nota da exposição do Sr. António Joaquim Pereira e que será devidamente analisada a sugestão, sem criar expetativas relativamente à construção dos passeios que não está prevista, antes uma melhoria de circulação pedonal melhor do que aquela que existe no momento. Adiantou que a verba a transferir pelas IP à Câmara Municipal é manifestamente insuficiente para a execução do trabalho previsto, tendo em conta o aumento de preços.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

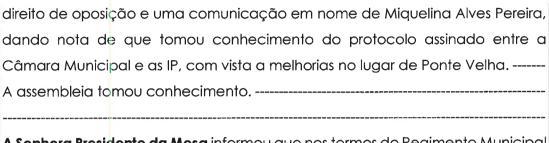
A Senhora Presidente da Mesa referiu que este período, nos termos do Regimento Municipal em vigor tem a duração máxima de sessenta minutos. ----

#### VOTAÇÃO DA ATA: -----

### CORRESPONDÊNCIA: -----

A Senhora Presidente da Mesa deu conhecimento à assembleia de que foi rececionado o seguinte expediente: uma comunicação em nome de José Lopes Galvão, dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereadores, sobre o corte e furto de uma árvore, foi remetido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o relatório de avaliação anual do estatuto do





O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio tomou a palavra começando por apresentar cumprimentos a todos e agradecer ao Sr. António Carvalhinho pela cedência das instalações da Sede do Grupo Desportivo Arouce Praia para realização desta sessão. Seguidamente, deu nota de alguma revolta, reivindicações e das carências da população em virtude de terem sido retiradas algumas valências como por exemplo: os infantários, a pré-escola, o encerramento do estabelecimento do primeiro ciclo, a extensão do Centro de Saúde e mais de 90% da circulação do trânsito que passava pela localidade, devido à construção da variante a Foz de Arouce que até então passava pelas aldeias e por isso trazia mais movimento e desenvolvimento económico. Por outro lado, disse acreditar que a União de Freguesias reúne condições para lutar, afincadamente, por melhores condições de vida e fixar população jovem. Apresentou reconhecimento pelo substancial apoio às Juntas de Freguesia, não apenas financeiro, como logístico, entre os quais máquinas e outros meios de transporte. Agradeceu a realização de obras levadas a efeito pela Câmara Municipal, umas já concluídas, outras em curso e aguardando ainda o início de outras. Destacou a pavimentação da Rua da Escola, Rua do Cortiço, Rua da Tábua, manutenção e limpeza das margens do Rio Ceira e, ainda, o Rio Arouce até à foz. Relevou a importância do trabalho

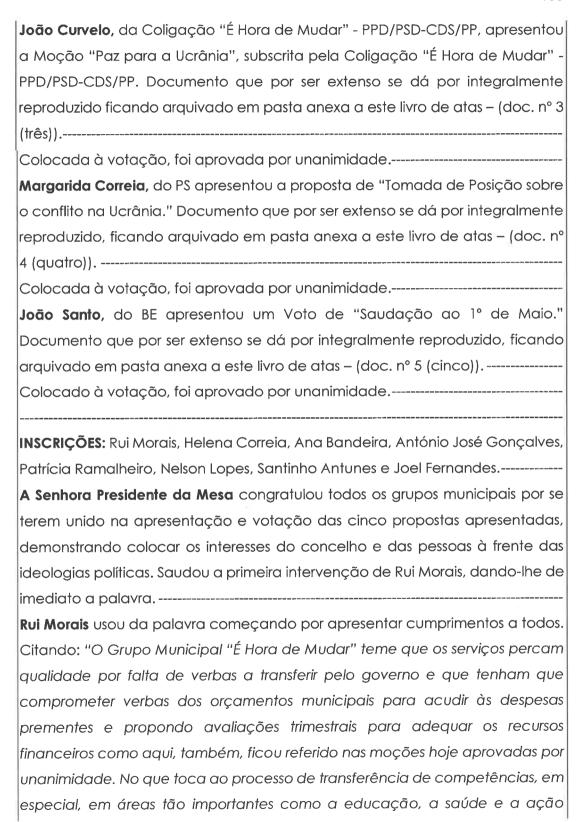




## MOÇÕES-PROPOSTAS-TOMADA DE POSIÇÃO e VOTO DE SAUDAÇÃO: ------

Joel Fernandes, do PS apesentou a Moção "Cuidados de Saúde de Qualidade", subscrita pelas três forças políticas com assento na assembleia. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 1 (um)).-----Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.----Santinho Antunes, da Coligação "É Hora de Mudar" - PPD/PSD-CDS/PP, apresentou a Moção "Por um processo de descentralização de competências construtiva e dialogante", subscrita pelas três forças políticas com assento na assembleia. Esta Moção foi apresentada na Assembleia da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, pelo membro efetivo da Assembleia Municipal da Lousã, Santinho Antunes da Coligação "É Hora de Mudar" -PPD/PSD-CDS/PP e foi votada favoravelmente por larga maioria, contando com os votos de Ana Ferreira, Margarida Correia e Joel Fernandes, do PS. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 2 (dois)).-----Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.-----







social. Os atrasos no processo de centralização e a falta de transparência na identificação dos meios, recursos, pessoal e de bens afetos, atualmente, bem como os montantes financeiros adequados por parte dos diversos serviços da administração central e do governo estão a conduzir à grande confusão e a gerar desconfiança, o que inquina o processo e, consequentemente, o objetivo maioritário inicialmente consensualizado entre o PSD e o governo a abril de 2018. E, por isso, o Grupo Municipal "É hora de Mudar" em consonância com os Autarcas Social-democratas levantam novamente a voz para chamar a atenção para estes problemas que têm um efeito prolongado e colocam em causa o futuro próximo e a longo prazo a prestação de serviços da educação, da saúde e da ação social, pois estes obrigam os orçamentos municipais a suportar os custos do processo de descentralização e assim retiram a capacidade para cumprir projetos autárquicos em tempos difíceis, pelo que, exige que, de três em três meses, façam uma avaliação das despesas incorridas e as transferências efetivadas para que a contabilidade fale por si podendo a exigência perante o governo ser imediata e justificada. Teme-se que este, seja mais um processo que se torna facto consumado em resultado da desresponsabilização dos governos. Só é verdadeira a descentralização, aquela que, efetivamente corresponde à melhoria da vida das pessoas e que implica o correto e adequado funcionamento dos serviços com os recursos devidos." -----

Helena Correia tomou a palavra apresentando cumprimentos a todos. Seguidamente, apresentou a proposta aprovada por unanimidade, no dia anterior, em Assembleia de Freguesia de Lousã e Vilarinho e que diz respeito à criação de um Grupo de Trabalho para a questão da desagregação das freguesias de Lousã e Vilarinho. Disse que a publicação da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à reorganização administrativa do território das freguesias, veio colmatar uma omissão constitucional e visa dar reposta às questões não resolvidas pela reforma territorial de 2011/2013. Afirmou que, citando: "a principal crítica ao





processo de redução administrativa de freguesias foi o facto de ter sido feito ao arrepio e contra, na maioria dos casos, a vontade das populações, sem que nenhuma razão ou justificação válida fosse apresentada, foi como sabemos, o caso da agregação das freguesias de Lousã e Vilarinho, dando origem a uma entidade autárquica com mais de 52% do território e, cerca de 76% dos eleitores do Concelho da Lousã." Disse que, citando: "a Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, não é perfeita e suscita algumas dúvidas, mas cumpre um requisito fundamental, dar voz às populações através dos seus órgãos autárquicos." Disse que a Junta de Freguesia entende que a criação de um Grupo de Trabalho, externo aos órgãos autárquicos, que proceda à auscultação das populações dos vários lugares da União de Freguesias, elabore uma proposta de reorganização territorial em conformidade com a supra citada lei, poderá ser um meio interessante, salvaauardando os interesses da Junta e Assembleia de Frequesia, e, sendo, posteriormente, apresentado à Assembleia Municipal e depois, à Assembleia da República. O referido Grupo de Trabalho, aprovado por unanimidade, em Assembleia de Freguesia, tem a seguinte composição: os cidadãos António Manuel Antunes Marçal, António Joaquim Carvalho Seco, um representante indicado pelo Partido Socialista, um representante indicado pelo Partido Social Democrata e um representante indicado pelo Bloco de Esquerda. Consta ainda que seja fixado o prazo de doze meses para a apresentação do relatório ou projeto de reversão, tendo como base os critérios fixados na lei antes mencionada. Concluiu dizendo que deseja que esta proposta seja bem acolhida por todos. -----

Ana Bandeira apresentou cumprimentos a todos e referiu-se ao dinamismo em torno da Educação e do envolvimento das escolas e dos alunos nas diversificadas iniciativas levadas a cabo, no concelho e fora dele. Destacou, ainda, as iniciativas desportivas, nomeadamente: o corta-mato escolar, jogos de freguesia, Lousã ciclável, Street Basket, entre outros, organizados pela Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, pela Comunidade Educativa e pelas diferentes associações do Concelho da Lousã. Referiu-se, ainda, à dinamização do desporto comprovado pelo êxito nas provas desportivas nacionais e





internacionais, dos jovens desportistas Lousanenses, graças ao apoio cedido às associações desportivas. O programa Férias Ativas decorrido na Páscoa e promovido pela autarquia apoia as famílias proporcionando atividades aos alunos nos períodos de pausa letiva, implicando um custo para a autarquia e reforçando os objetivos previstos. As iniciativas culturais, dirigidas à população infantil e juvenil, a aquisição de material de leitura para a Biblioteca Municipal, a décima quinta edição do Concurso Nacional de Leitura, as atividades previstas para as sessões famílias de pais e filhos, as visitas proporcionadas aos alunos do Agrupamento de Escolas da Lousã com a cedência de transporte são uma forte evidência do investimento na educação, nas vertentes culturais, criativas e desportivas.

António José Gonçalves interveio começando por apresentar cumprimentos a todos. Em seguida, dirigindo-se ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** perguntou se este estava recordado, ainda no anterior mandato, de o ter confrontado com as câmaras de vigilância que, no seu entendimento, não se encontravam legalmente identificadas e que havia necessidade de colocar a respetiva sinalética. Entretanto, disse ter reparado que a sinalética finalmente foi colocada, pelo que o acusou de ter havido violação da lei durante um período de tempo. Lamentou o facto do **Senhor Presidente da Câmara** Municipal ter omitido a informação e ter afirmado que estava tudo bem, quando não estava. Em seguida, informou que o Grupo Municipal do PSD está muito preocupado com a sinistralidade na variante à EN 342, recordando que, recentemente, faleceram quatro pessoas pelo que solicitou que o Executivo Municipal fizesse diligências junto das IP, a fim de corrigir algumas lincongruências e introduzir melhor sinalização. Referiu-se, ainda, ao balcão dos CTT, dando nota de que a correspondência está bastante atrasada, pelo que, apelou para o Executivo Municipal fazer alguma diligência que permitisse reverter a situação. Concluindo a sua intervenção, embora tivesse afirmado que não voltaria a falar no assunto - Fábrica de Papel do Boque, acusou o Senhor Presidente da Câmara Municipal e todos os seus antecessores pela perca de património da Câmara Municipal da Lousã, que ali está. -----





Patrícia Ramalheiro apresentou cumprimentos a todos. Em seguida, destacou a construção de raiz de dois equipamentos, o Centro de Recolha Oficial Animal da Lousã adiante designado por CROAL e o Ecocentro Municipal, instalados na Zona Industrial do Alto Padrão e inaugurados no dia 25 de abril. Representam um investimento da autarquia na ordem de meio milhão de euros, e visam consolidar a resposta, nas áreas do bem-estar animal e na gestão de resíduos e sustentabilidade ambiental. Recordou que o CROAL foi o projeto vencedor do orçamento participativo do ano de dois mil e dezassete, que contemplava uma verba no montante de EUR: 70.000.00 e foi reforçado com verba do orçamento municipal. Disse que este projeto veio reforçar a preocupação que o município tem na proteção e bem-estar animal comprovado através de diversas atividades e pelo apoio que tem prestado à Associação Louzanimales através da celebração de protocolos quer no domínio financeiro, com a atribuição de um apoio de EUR: 2.500.00, quer na cedência de um espaço no Parque Municipal de Exposições para o seu funcionamento e realização de atividades. Em relação ao Eco Centro Municipal, informou, ainda, que tem uma capacidade para receber resíduos variados e seu correto encaminhamento e, em articulação com a rede social do concelho, fomentar a economia social, através da doação de móveis recuperados para serem novamente utilizados. O CORA tem capacidade limitada para quarenta e cinco cães e vinte gatos e a sua gestão é feita com o apoio da Louzanimales que tem sido parceira fundamental da autarquia através da sua rede e voluntários a quem enalteceu toda a dedicação e empenho na promoção do bem-estar animal. ---Nelson Lopes apresentou cumprimentos a todos. Interveio para enaltecer o importante trabalho que a autarquia está a desenvolver na limpeza e execução de faixas de gestão de combustível ao longo das vias rodoviárias do concelho e sua envolvência, representando um investimento em cerca de cem mil euros. Também tem havido a intervenção de máquinas que, igualmente, serão cedidas às Juntas de Freguesias, a fim de limparem os seus territórios e desta forma existir a necessária prevenção e evitar o risco de incêndio protegendo pessoas e bens. Destacou a iniciativa por ocasião do décimo aniversário da





Incubadora Social Microninho que está a ser promovida pela Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares, em parceria com a Câmara Municipal e com a Associação Empresarial Serra da Lousã, adiante designada por AESL, sob o mote "Lousã – presente com futuro", estão a realizar um conjunto de conferências, tertúlias e outras atividades que têm contada com a presença de excelentes oradores e abordado temas de importância para o futuro do território. Destacou, também, a participação da Lousã, na BTL, com a autarquia a marcar presença em quatro stands onde teve oportunidade de divulgar o melhor que o concelho tem para oferecer. -----Santinho Antunes usou da palavra começando por se referir à celebração do 25 de Abril, data importante da democracia em que se festeja a coragem daqueles que lutaram pela esperança e o sonho coletivo de ter um país livre e democrático em que o Poder Local é uma das maiores conquistas. Disse que foi com muito orgulho que em representação do Grupo Municipal "É Hora de Mudar" do PPD/PSD.CDS/PP que teve oportunidade de intervir e citou a conclusão do seu discurso, porque faz sentido fazê-lo, hoje, como introdução. Citando: "É nossa obrigação dar o exemplo demonstrando que a nossa atuação se pauta por critérios de rigor éticos e acima de tudo com exigência e competência. Os jovens têm que se rever no concelho, nasceram e têm que acreditar naqueles que votam e, se no elenco camarário é forçoso que venham exemplos de estratégia, visão e eficiência operacional, não é menos importante que, desta assembleia, venham exemplos de atitude democrática, mas, também, a obrigação de fiscalizar o executivo na sua atuação pois foi para isso que fomos eleitos. Ora, este foi o princípio da nossa candidatura por uma assembleia independente, autónoma e democrática e vamos continuar a trabalhar até ao fim. Hoje conseguimos valorizar a assembleia quando aprovamos por unanimidade quatro moções importantes para o nosso concelho, num esforço mútuo de conciliação de ideias por parte do Grupo Municipal do PSD, PS e BE que conseguiram em diálogo colocar a Lousã à frente das suas ideologias, ou que significa que estamos no bom caminho. Mal seria que estes assuntos não fossem considerados de interesse comum pelos três





partidos com a responsabilidade do PSD, PS e BE, todavia, sublinhe-se que isto não significa que o PSD, o PS e o BE não tenham ideias e estratégias diferentes para os temas que as moções aqui trouxeram, podendo divergir na concordância com a estratégia que cada um considera mais relevante para este fim que foi, hoje, determinado em conjunto. Por exemplo, Rui Morais trouxe agui uma proposta de fiscalização de três em três meses das despesas relativamente às transferências. São propostas que vamos continuar a dar para que estas moções, hoje, aprovadas por unanimidade, imponham agora duas coisas sem dúvida, uma maior exigência do Grupo Municipal do PSD para com o executivo, para cumprir as metas que hoje designámos em conjunto e a maior responsabilidade do executivo para as cumprir e estaremos cá para acompanhar o processo." Em seguida, enunciou pontos que o Grupo Municipal do PSD tem como inadmissíveis e por isso deu nota pública para que sejam corrigidos e alterados: agendamento no jornal O Trevim, agendamento desta sessão da assembleia no Facebook do município, atempadamente. Disse que aguarda a gravação da sessão da assembleia de fevereiro, uma vez que constitui um direito de informação necessária a todos os Lousanenses. Referiu que não concebe que a sessão solene da Assembleia Municipal do 25 de Abril não tenha sido transmitida online, nem tenha sido gravada, porque é tirar significado à cerimónia. A concluir, disse não concordar que os membros da assembleia tenham recebido convites, em vez de convocatórias. Disse que a dignidade de um ato, está em todo o seu formalismo e espera que a situação não se volte a repetir. -----

Joel Fernandes interveio para se referir ao Metro Bus. Disse que é do conhecimento público que todos os concursos públicos estão lançados e, já há outros municípios que se querem associar ao projeto do Sistema de Mobilidade do Metro Mondego que será sustentável, moderno e confortável. Será primeiro entre Serpins e Coimbra e, futuramente, poderá vir a ser expandido para outros municípios. Fez uma referência ao tempo difícil que se vive, mas congratulou-se por ser possível reunir sem máscara, o que significa que há um sinal positivo de maior controlo sobre o flagelo da pandemia Covid-19, mas que, ainda assim,





não se pode baixar a guarda. Manifestou a sua preocupação com a guerra na europa, mais precisamente na Ucrânia, preocupação humanitária e social, igualmente, manifestada através das moções que foram aprovadas por unanimidade. Afirmou que há mais flagelos para além deste que atingirão a todos, como sejam os efeitos económicos desta guerra que já se começaram a sentir, nomeadamente nos transportes, no aumento galopante da inflação dos custos, o fim da pandemia e alguns instrumentos financeiros que foram usados no seu combate, o que conduzirá "à tempestade perfeita do que será de malefícios para a vida de cada um e para a vida coletiva." Terão que estar vigilantes e atentos aos apoios sociais, e haja consciência para que, também, na assembleia possam aprovar medidas eficazes, céleres e mais justas para que enquanto sociedade coletiva consigam minorar os efeitos nefastos. ---------A Senhora Presidente da Mesa informou que estão todas as sessões da assembleia, inclusivamente a última, disponíveis no site do município. Relativamente ao agendamento no Trevim, disse que iria analisar a proposta e verificar da sua viabilidade, porque a intenção é dar informação a todos os Lousanenses, pelo que, todas as propostas serão bem-vindas. Relativamente à sessão solene do 25 de Abril não ter sido transmitida, esclareceu que nunca antes o foi, com exceção ao período da pandemia. Uma vez que as pessoas que assim o entendessem podiam estar presentes não se equacionou essa possibilidade. Sobre o facto dos membros da assembleia serem convidados ou convocados, esclareceu que seguiu a metodologia que foi sempre aplicada, mas iria averiguar a fim de entender se houve algum lapso. ------





apresentada pela Junta de Freguesia, ao Parque de Lazer em Foz de Arouce, que espera seja aprovada, reafirmando o interesse e disponibilidade da Câmara Municipal para acompanhar esse objetivo da freguesia. Relativamente à Casa do Povo disse que é uma luta que vem sendo desenvolvida, contudo a Câmara Municipal continuará a diligenciar para que possa ser devolvida ao povo, através da Junta de Freguesia, a fim de ser potenciada ao nível das possibilidades de utilização. Sobre as moções aprovadas, disse que no que diz respeito à saúde, a questão dos cuidados de saúde primários, é uma área que tem que ser aprofundada e reforçada no sentido de dar a melhor resposta possível à população. Frisou que não está assinado o auto de transferência com a Administração Regional de Saúde e o Ministério da Saúde, porque a Câmara Municipal entende que as condições não estão reunidas para que tal possa acontecer. No que diz respeito à descentralização, salientou que o Município da Lousã tem tomado as posições que considera adequadas, tem presente os interesses do próprio município e tem apresentado na CIM-RC esta questão e há Tomadas de Posição públicas do conjunto dos dezanove municípios relativamente aos três dossiers da descentralização, a saber: Educação Saúde e Área Social. Relativamente à Ucrânia reiterou os textos aprovados nesta sessão e concordou ser um momento difícil, em primeira instância para os Ucranianos, mas que trás desafios acrescidos para todos. Deu nota que o Município da Lousã, já desde o início da guerra, tem desenvolvido várias ações nos diferentes domínios e com diferentes entidades e salientou agradecendo a resposta da comunidade ao apelo de recolha de bens que foi feito. Informou que a monitorização à descentralização está a ser feita, permanentemente e, no âmbito da CIM-RC foi encomendado um estudo à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, para medir os impactos da situação até ao momento, relativamente ao processo. Reiterou o apoio ao objetivo de desagregação das freguesias. Em resposta à vigilância e proteção de dados informou que a Câmara Municipal tem um responsável contratado no âmbito da CIM-RC para monitorizar todas as situações e, sempre com base nas informações dos serviços e abrangência de atuação e assim continuarão a





th g

trabalhar correspondendo ao que a lei estipula. Relativamente à Variante 342, informou que as informações reportadas estão identificadas pela Câmara Municipal e transmitidas por várias formas e em diferentes momentos aos responsáveis das IP, entidade que tutela aquela via. -----PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS: -----1 – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira – (doc. nº 6 (seis). INSCRIÇÕES: António José Gonçalves, Jorge Pratas, Pedro Santos, Sérgio Pedroso, Maria Fernanda da Franca e Joel Fernandes.-----António José Gonçalves começou por ironizar pela forma como o Senhor Presidente lidou e respondeu à questão das câmaras de vigilância. Disse que embora não seja o responsável direto, é o dirigente máximo do serviço, como tal, reiterou que a Câmara Municipal da Lousã, violou a lei, enquanto estiveram instaladas as câmaras de vigilância sem a respetiva sinalética. Seguidamente, mencionou a demissão do Comandante dos Bombeiros Municipais e a saída de efetivos e questionou se estão assegurados os piquetes para a época de fogos rurais. Por último, referiu-se aos valores transferidos da Câmara Municipal para a APIN, no valor total de um milhão de euros, o facto de o serviço não ter apresentado melhorias, da colocação de contadores de água em fontenários, medida que os descaracteriza e o aumento de custo da água. ------Jorge Pratas tomou a palavra cumprimentando a todos e seguidamente em representação do Grupo Municipal "É Hora de Mudar" do PPD/PSD.CDS/PP endereçou algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, nomeadamente: a conclusão das obras do cineteatro, os custos acrescidos a esta requalificação e que parte sai dos cofres do município e para quando a inauguração deste equipamento cultural, recordando que, neste dia, comemora-se o Dia Mundial da Dança. Questionou a previsão da conclusão das obras de requalificação na Escola Secundária da Lousã e que tipo de intervenções é que está equacionado fazer. Frisou que nos dias de hoje é



A A

143

Pedro Santos intervejo comecando por apresentar cumprimentos a todos. Em seguida, abordou as intervenções que têm vindo a ser realizadas no âmbito da mobilidade urbana sustentável. Deu nota que neste momento se encontra em execução uma empreitada cujo objetivo será fazer a ligação através de ciclovia da Ava Dr. José Maria Cardoso à Escola Básica nº 2, Escola Secundária e Piscina Municipal. Estas intervenções permitirão que os cidadãos circulem com maior segurança, promovendo ao mesmo tempo a utilização de meios de transporte mais ecológicos e sustentáveis bem como práticas do estilo de vida mais saudáveis. Estas intervenções estão inseridas num plano de regeneração urbana dos quais alguns resultados já estão à vista, especialmente no centro do concelho. Realçou, também, o conjunto de intervenções que têm vindo a ser realizadas em todas as freguesias do concelho, num trabalho de parceria entre a Câmara Municipal da Lousã e as Juntas de Freguesia. -----Sérgio Pedroso usou da palavra a dizer, citando: "Em relação ao Metro Bus perguntamos ao **Senhor Presidente** quantos mais concursos irão ser lançados até que alguém se comprometa em fornecer os ditos autocarros elétricos. Com isto se vai atrasando a entrada em funcionamento desta solução. Será que nos pode dar mais informações sobre como estão a correr as obras e se teremos mesmo Metro Bus sendo que agora já só em 2024? Sendo que o **Senhor** Presidente se reuniu com a AESL pelo menos por duas ocasiões, vimos perguntar o que está em negociação para que o comércio local/tradicional seja mais apoiado, pois parece-nos que cada vez mais e está à vista de todos se veem lojas fechadas, e portanto parece-nos que mal vai este ramo de comércio. Está





previsto o município apoiar com financiamento este mesmo comércio? Falaram sobre os parquímetros a instalar nas artérias do centro da Lousã? Está previsto comecar a obrigar a quem estacionar nestas que já por si é difícil, pagarem mais um imposto? E é assim que preveem que mais pessoas se desloquem ao comércio local?"------Maria Fernanda da Franca tomou a palavra começando por cumprimentar a todos. Seguidamente fez uma apresentação e caracterização histórica, cultural e recreativa de Foz de Arouce. Deu nota do património existente, e das atividades económicas. Deu nota de que os Presidentes de Junta por muito boa vontade que tenham, não podem fazer nada se não tiverem o apoio da Câmara Municipal. Questionou o ponto de situação da Praia Fluvial a reabilitação do rancho folclórico, a limpeza ao longo do Rio Ceira, os caminhos pedonais, o lagar antigo e solicitou a retificação de lombas que estão muito Joel Fernandes prescindiu da palavra.-----A Senhora Presidente da Mesa solicitou que em próximas intervenções, e futuramente, nas sessões da assembleia não sejam abordados assuntos que não constem da Ordem de Trabalhos, recordando que o poderão fazer no período Antes da Ordem de Trabalhos, ------O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra e disse que as equipas de combate a incêndios estão feitas e submetidas, em tempo, pelo Corpo de Bombeiros Municipais da Lousã. Sobre a APIN, esclareceu que a Câmara Municipal da Lousã tem uma participação de 18,9% na proporção do capital que detém, de acordo com os resultados apresentados pela empresa. Sobre os fontenários, que são servidos por água proveniente da rede pública, confirmou que está em desenvolvimento o processo de colocação de contadores. Relativamente ao cineteatro afirmou que, neste momento, sobre esta, ou qualquer outra obra, é muito difícil apresentar prazos com precisão. No entanto, a obra tem tido desenvolvimentos, a estrutura metálica da cobertura está concluída e estão em curso trabalhos de outros tipos. Adiantou que foi solicitado um pedido de reprogramação temporal e financeira, apresentado pela



A6X:

145

empresa que está a executar a obra. O valor da empreitada ronda os dois milhões de euros e, até ao momento, todo o investimento realizado é suportado pela Câmara Municipal que, entretanto, apresentou uma candidatura a fundos comunitários, mas, ainda, não foi analisada. Está em desenvolvimento o projeto de requalificação da Escola Secundária. Deu conhecimento de que se vai retomar a Feira Anual de S. João com as suas diversas componentes, nomeadamente, a mostra comercial e industrial, os espetáculos e o desfile das marchas e, ainda, outras atividades. O programa mais detalhado será apresentado no próximo mês de maio contemplando, também, a informação das regras de restrições que estejam a decorrer, na altura, no país. Relativamente às intervenções de mobilidade suave, disse que enquanto estão a ser executadas, estas obras causam transtorno, mas os impactos positivos são muito importantes e pertinentes, porque trazem algumas mudanças e alterações aos hábitos das pessoas no que se refere à circulação pedonal e ciclável em conjugação com a circulação rodoviária. Relativamente ao concurso dos autocarros para o Metro Bus, informou que estão todos relançados nos termos em que a lei o permite, apesar do atual contexto não ter vindo facilitar o processo. A entrada em funcionamento global será no início do ano de dois mil e vinte e quatro, de acordo com o que estava previsto, havendo a possibilidade de no final do ano de dois mil e vinte e três, entre Serpins e Coimbra venha a existir essa possibilidade de serviço. Sobre a AESL e outras entidades, informou que as reuniões vão sendo sistemáticas e regulares, e têm a ver com várias situações nomeadamente, as vias de apoio aos segmentos da atividade económica. A Câmara Municipal vai conceder a atribuição de um apoio financeiro à AESL e confirmou que os parquímetros foram identificados por aquela associação no sentido de proporcionar maior rotatividade no acesso a alguma das zonas onde estão instalados. Acrescentou que não são reativados por questões financeiras porque a receita que se arrecada não resolve nenhum problema nem da AESL nem da Câmara Municipal da Lousã. Concluiu dizendo que a freguesia apresenta dinâmica, foram evidenciadas as atividades empresariais e os serviços que existem, nomeadamente na área social da





# 2 - Apreciação e votação da Alteração do Regulamento dos horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município da Lousã — (doc. nº 7 (sete).-----INSCRIÇÕES: António José Gonçalves e Joel Fernandes.-----António José Gonçalves usou da palavra para dizer que o Grupo Municipal "É Hora de Mudar" do PPD/PSD.CDS/PP se vai abster neste ponto, desejando que as partes envolvidas tenham sido ouvidas e salvaguardado o interesse económico dos empresários. -----Joel Fernandes interveio dizendo que o Grupo Municipal do PS, citando: "o importante que pretende destacar, neste ponto é que, certamente, também, isto, deriva de algumas alterações legislativas, mas o que queríamos solicitar ao Executivo Municipal é que tenha atenção o que é o interesse da vida privada e o interesse económico, que, naturalmente, respeita estes estabelecimentos comerciais que tenha, também, em atenção, o direito ao descanso, ao sossego e à qualidade de vida no concelho."-----O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o documento antes de vir à assembleia teve a audiência dos interessados pelo que todos os interessados puderam apresentar contributos e houve participações, que foram devidamente tratadas, conforme consta na informação.----





Colocada	à	votação	а	Alteraçã	o do	Regu	lamento	o dos	horári	ios	de
Funcionam	ent	o dos Esta	abele	ecimentos	de Ve	enda a	o Públic	o e de	Presta	ção	de
Serviços d	0 N	Município	da	Lousã fo	i apro	vada	por mo	aioria	com 8	(0	ito)
abstençõe:	s do	Coligaç	ão "l	Hora de l	Mudar	'' - PPD,	/PSD-CE	S/PP e	16 (de:	zass	eis)
votos do PS	S e	BE, quan	do e	stavam p	esente	es na s	ala vinte	e e qu	atro me	emk	oros
eleitos											
PONTO TRÊS	S DA	ORDEM	DE TI	RABALHOS	:						
3 - Aprecio	açã	o e vota	ção	da propa	sta de	deleg	jação c	le con	npetênd	cias	no

transferência de competências no domínio da educação que se consolidou no passado dia um de abril. Deu nota da complexidade, peso, exigência e profundo conhecimento de diversas matérias, implicando um encargo financeiro adicional e significativo dos municípios para este processo, sobretudo em áreas de recursos humanos, requalificação dos estabelecimentos escolares, apoios e complementos educativos, gestão de pessoal não docente e segurança dos equipamentos, entre outros. Por outro lado, considera que este processo poderá dar maior proximidade do poder de decisão e suas populações e estreitar relações entre instituições e potenciar adequação, rapidez e agilidade nas ações e respostas a desenvolver. Entende que o contrato de delegação de competências estabelecido entre o Município da Lousã e o Agrupamento de Escolas da Lousã irá constituir um fator facilitador de procedimentos e decisões e desencadear diálogo contínuo. Manifestou preocupação em relação a diversos constrangimentos, sejam de recursos humanos, necessidade de requalificação de edifícios escolares, substituição de equipamentos, escassez de recursos financeiros, entre outros. Perguntou quais as dificuldades identificadas, quais as medidas e estratégias irão ser definidas, soluções e compromissos assumidos, parceiros implicados. Concluiu dizendo





que a Coligação "É Hora de Mudar" - PPD/PSD-CDS/PP estará atenta e

interventiva no sentido de dar à Lousã a educação de qualidade a que tem direito.-----Margarida Correia interveio começando por dizer que a intervenção de Maria Antunes foi bastante esclarecedora, apenas contrapondo o facto de que a educação a par da ação social e saúde na área da descentralização de competências tem sido uma preocupação do Executivo Municipal. Realçou o investimento realizado nos vários equipamentos e disse que a minuta do contrato de delegação de competências surge no seguimento da descentralização de competências do Estado Central para os municípios e entidades intermunicipais e reconhecimento da comunidade educativa e eficiência da gestão e como resposta ao nível da criação das condições para garantir o normal funcionamento dos estabelecimentos e dotar de instrumentos e meios de gestão financeira para o efeito. Realçou que este instrumento é um exemplo da preocupação para o Executivo Municipal e deu nota da negociação dos recursos, por outro lado, disse que será bom que todas as forças políticas estejam atentas, porque o PS também está e tem dado provas da sua preocupação através de algumas reivindicações.-----António José Gonçalves prescindiu da palavra.----O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra começando por dar nota que a parceria e comunicação no trabalho já existe há bastante tempo. Deu nota que este assunto submetido agora à votação da assembleia, também antes, foi aprovado em reunião de Câmara, e decorre de reuniões de trabalho no sentido de definir e delegar no Agrupamento de Escolas da Lousã, no sentido de dar a maior estabilidade e serenidade ao funcionamento dos diversos serviços no âmbito da educação. Foi entendido entre as partes que esta era a configuração adequada e que a todo o momento está a ser Colocada à votação a proposta de delegação de competências no Agrupamento de Escolas da Lousã, no âmbito do processo de descentralização A A



de competências da Educação, foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos. -----

#### PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

**4 -** Apreciação e votação da proposta de aprovação da Prestação de Contas do ano financeiro de 2021 – (doc. nº 9 (nove)). ------

INSCRIÇÕES: Sérgio Pedroso, Luís Martins e Nelson Lopes.-----Séraio Pedroso usou da palavra citando: "Quanto às contas e pelo pouco tempo que dispusemos mais uma vez para as analisarmos, vimos apresentar algumas considerações: Seguindo o relatório de gestão e na sua componente orçamental referir que durante o ano de 2021, o orçamento municipal sofreu "só" 19 modificações orçamentais, das quais 17 alterações e 2 revisões. Estas modificações originaram um decréscimo global do orçamento de 15,53 %, que corresponde a uma diferença de EUR: -2.742.668,74, entre o inicial e o corrigido. Pergunto Senhor Presidente e porque sempre se congratulam com os aumentos dos orçamentos a cada ano que passa, o porquê deste significativo decréscimo? Porque aquando da votação dos orçamentos anuais é sempre fácil acrescentar verbas mas depois se não são para serem executadas de que vale estar lá a colocá-las? Passando a analisar a execução da receita, onde a receita corrente obteve um grau de execução de 90,62 % dar os parabéns ao Executivo no que diz respeito aos impostos diretos teve uma execução de praticamente 100 %, cerca de EUR: 3.491.787,71 só nesta rubrica. Parabéns! Se compararmos a taxa de execução de 54,70 % no que diz respeito a vendas de bens e serviços correntes vemos que o que interessa ao executivo executar são mesmo impostos! Se analisarmos a evolução da receita e em comparação com os anos de 2019 a 2021 vimos que para além das transferências correntes só mesmo os impostos diretos têm vindo significativamente a aumentar! Um aumento de 1,60 % de 2019 para 2020 e de 5,05 % de 2020 para 2021. Em contraciclo vemos todas as outras rubricas a decrescer. Sabemos que devido à pandemia da Covid-19 mas só esta não justifica tudo! Em termos globais, conclui-se que, de 2020 para 2021, registou-se uma diminuição de 8,08 %,





to A

maioritariamente justificada pela redução de receitas de capital, provenientes de fundos nacionais e comunitários, que são receitas voláteis, pois dependem da possibilidade de candidatura que se vão verificando ao nível dos vários programas de financiamento, tanto europeus como nacionais. Em relação à execução da despesa e não sei se será bom presságio entre 2020 e 2021 registou-se uma redução em praticamente todas as rúbricas da despesa corrente, exceto nas transferências correntes, que registaram um aumento de 32,19 % justificado maioritariamente pelo aumento dos apoios às IPSS, pelo apoio ao tecido empresarial devido à Covid-19 e pelo apoio às famílias mais vulneráveis. Aqui perguntamos se estes apoios não ficaram aquém das espectativas? Se não se teria podido ajudar o comércio local um pouco mais? No que às despesas de capital diz respeito, aí o decréscimo ainda foi maior, cerca de 40,70 % (EUR: -1.573.394,98) que se prende, principalmente, com a redução da receita, nas transferências de capital, de fundos comunitários, que estão ligadas à execução de obras financiadas. Como este tipo de financiamentos está dependente da oportunidade de apresentar candidaturas a fundos comunitários e nacionais pergunta-se se o executivo está atento a esta situação, pois consideramos um ponto fulcral para o crescimento do concelho. Quanto às Grandes Opções do Plano sabemos e congratulamo-nos que em algumas rubricas as taxas de execução foram consideráveis, mas perguntamos ao Senhor Presidente se acha que um grau de execução de cerca de 73,75 % é suficiente? Pensamos que é manifestamente insuficiente! Pode explicar-nos o porquê desta taxa de execução? Em conclusão e pelo que se pode retirar do RG a autonomia (independência) da Autarquia, medida através das receitas próprias, registou uma variação negativa, tendo em contrapartida, o peso das transferências obtidas aumentado. Perguntamos nós, estaremos a ir na direção correta? Passando à analise da componente patrimonial e pelo motivo de a contabilidade ter transitado para o normativo do SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para administrações públicas, verificamos que existiram atualizações das vidas úteis dos bens tendo sido reconhecidos os lançamentos na conta 564 – Ajustamentos de transição para o SNC-AP e





portanto influenciado o Património Liquido em cerca de EUR: 6.344.421,60. Com isto o Património Liquido de 2020 para 2021 teve um aumento de cerca de 16,07 % o que ao contrário de anos anteriores é um bom indicador, pois esta rubrica vinha a ter decréscimos consecutivos ao longo dos últimos anos. Também e por consequência desta situação os ativos não correntes tiveram um aumento de cerca de EUR: 6.540.885,49. Em relação ao Balanço não nos vamos alongar muito mais, só questionar o valor que se verifica no Saldo de Caixa e Depósitos à Ordem que totalizava à data de 31 de dezembro o valor de EUR: 1.586.646,74, tendo tido um aumento de 2020 para 2021 de EUR: 416.407,35 um valor bastante significativo. Passando agora a análise da Demonstração de Resultados que evidencia um resultado negativo de EUR: 829.521,66, contra os negativos EUR: 1.340.819 de 2020 podemos afirmar que e pelo motivo atrás evidenciado também nos resultados se verificaram melhorias pois alterando a vida útil de certos bens as próprias depreciações sofreram uma diminuição que no exercício de 2021 e em comparação com o de 2020 foi de EUR: 213.003,16. Nos Resultados Operacionais verificamos um acréscimo de EUR: 300.629,29 face ao ano de 2020, que se deveu ao aumento dos rendimentos em maior valor que dos gastos e perdas, designadamente provenientes de impostos, contribuições e taxas e às transferências e subsídios correntes obtidos (com um aumento alobal de mais de EUR: 714.000). Portanto 50 % dos rendimentos do Município advêm das transferências e subsídios obtidos e 30,73 % dos impostos, contribuições e taxas. Queremos com isto afirmar que o Município obteve um resultado operacional positivo de EUR: 2.089.620,42, portanto e conscientes de que não poderemos aliviar a carga fiscal tanto como desejávamos para não por o equilíbrio financeiro do Município em causa, mas também cientes de que o Executivo o poderá fazer, apesar do estudo encomendado e que nunca nos foi apresentado, perguntamos porque achamos que está mais do que na hora de aliviar a carteira aos Lousanenses, para quando uma baixa nos impostos mais concretamente na taxa de IMI? Em relação aos rácios e perante os números apresentados temos que nos preocupar em especial com o da Liquidez lmediata, que apesar de ter melhorado significativamente, ainda não é





suficiente para se verificar uma robustez de tesouraria suficiente para fazer face imediata ao passivo corrente, pois as disponibilidades não são suficientes para fazer face a este passivo. Por fim congratular o executivo por cumprir com o limite ao endividamento, continuar a não registar pagamentos em atraso e apresentar a trinta e um de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, um prazo médio de pagamento de vinte dias. Para finalizar a minha intervenção, ficámos perplexos quanto ao resultado evidenciado pela APIN em cerca de EUR: 2.526.042,01 negativo, e, ainda, não estão contabilizadas depreciações pois, ainda, não foi formalizada a cedência dos bens prevista no contrato de gestão delegada, ou seja, estes bens, ainda, estão no ativo fixo tangível do município, senão seria muito pior, e como sabemos que o Município da Lousã detém uma participação de 18,39 % e que terá de desembolsar mais EUR: 464.539,13 à conta deste resultado, a favor da APIN este ano, que já desembolsou cerca de 500.000 € em troca de obras futuras e ainda comparticipou o tarifário social e os autoconsumos, perguntamos para que serve e para onde nos levará esta APIN? Posto isto só nos revolta que sejam sempre os mesmos a pagar a fatura! Por estas razões, e não pondo em causa a elaboração técnica da Prestação de Contas, vai o Grupo Municipal da Coligação "É Hora de Mudar – PPD/PSD-CDS/PP" votar contra a prestação de contas do ano financeiro do ano de dois mil e vinte e

Luís Martins interveio começando por apresentar cumprimentos a todos. Seguidamente apresentou a sua análise à Prestação de Contas do ano financeiro de 2021. Relativamente à execução orçamental, disse que a execução da receita é de 88,93%, face ao orçamento apresentado, sendo que a nível das receitas correntes constata-se a recuperação de receita do IMI (Imposto Municipal sobre Transações). Contudo, as rubricas de taxas e outros serviços mantêm-se com uma variação decrescente, justificada pelas medidas de mitigação da Covid-19. Na execução das despesas, o índice global é de 80,77%, onde se regista uma diminuição de todas as despesas correntes, à exceção das transferências correntes, variando a despesa em 32%, o que contempla um aumento para as Instituições sem fins lucrativos, na ordem dos



cento e vinte mil euros e nas medidas de apoio à atividade empresarial com uma variação positiva na ordem dos cento e quarenta e cinco mil euros. Analisando as Grandes Opções do Plano, adiante designada por GOP com uma execução de 76%, destacou as seguintes funções sociais: serviços de auxiliar de ensino, com um valor representativo rondando um milhão trezentos e vinte e cinco mil novecentos e quinze euros. Estas rubricas, projetos e parcerias estão elencadas na área da educação, tais como: atividades complementares de apoio à família, ocupação de tempos livres, transportes escolares, refeições escolares, os livros e os materiais escolares, etc.

Todas elas são valências com impacto muito forte em toda a comunidade do concelho. Depois, os serviços de saúde onde constam os bens e serviços despendidos pela autarquia no combate à pandemia dos anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um e, também, a cultura com ênfase na modernização do cineteatro. Passando à avaliação da componente patrimonial, disse que a alteração do normativo contabilístico com vista a proporcionar uma melhor adequação aos ativos fixos e inventários, assim como ao património líquido da autarquia, foi instruído o ano de dois mil e vinte e um. Deteta-se um aumento dos ativos fixos tangíveis, também, é um sinal de investimento efetuado na autarquia e o passivo do município decresce 27%. Apesar do resultado líquido ser negativo, ainda assim, melhor que em 2020, o património líquido da autarquia cresce. Os resultados antes de depreciação e financiamento são positivos, o que revela o peso que tem os ativos sujeitos a depreciação nas contas da autarquia, ou mesmo de qualquer outra autarquia do país. Na análise dos rácios financeiros: a liquidez, a autonomia financeira, o prazo médio de pagamentos, os limites ao endividamento e, acima de tudo, o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, indicam que a autarquia conseguiu ao longo destes anos dispor de uma estrutura com capacidade para estar preparada para os desafios que 2022 vai proporcionar e que já foram elencados.-----Nelson Lopes tomou a palavra salientando a qualidade dos documentos que constituem o relatório de gestão e contas em apreciação. Verificou que se trata de um conjunto de documentos que explicam de forma clara e detalhada a



posição financeira do município a 31 de dezembro de 2021, bem como o desempenho financeiro da autarquia ao longo de todo o exercício. Parabenizou o executivo e a todos os técnicos da autarquia que estiveram envolvidos na elaboração deste documento de prestação de contas, bem como aqueles que, diariamente, contribuem para a boa gestão financeira da autarquia. Deu ainda uma palavra de apreço ao Revisor Oficial de Contas que auditou e certificou os documentos de prestação de contas, emitiu o seu parecer de forma independente e fundamentada. Em relação à análise por si efetuada aos documentos e considerando o ano 2021 como muito marcado pelos efeitos da pandemia, destacou as excelentes taxas de execução obtidas, a diminuição do valor de dívida a terceiros, bem como a redução significativa do prazo médio de pagamento a fornecedores. Enalteceu o saldo de gerência que resultou desta boa gestão e que se cifra em cerca de um milhão quinhentos e oitenta e seis mil euros. A rubrica de demonstração de resultados mais importante, na sua perspetiva, porque representa a capacidade de uma organização em libertar meios financeiros que são fundamentais para assegurar os recursos necessários para as várias candidaturas de fundos comunitários que vão surgindo. Este resultado, em conjunto com outros indicadores evidencia o rigor deste executivo na gestão financeira da autarquia que tem sido aerida com elevado sentido de responsabilidade. Referiu-se aos próximos desafios que serão muito e complexos e que levarão ao aumento de custos que podem vir a comprometer algumas receitas do município e vir a dificultar a execução de algumas empreitadas e outros investimentos. Os próximos anos, vão exigir um esforço acrescido por parte do executivo e de todos os serviços da autarquia, devido à elevada taxa de inflação, da crise energética com a consequente escalada de preços, a dificuldade de abastecimento às cadeias de matériasprimas e produtos, bem como a incerteza a vários níveis gerada pela invasão da Rússia à Ucrânia. Apelou ao executivo para que, dentro deste cenário pouco favorável, tente manter este registo de boas contas para que seja possível continuar a realizar os investimentos necessários ao concelho e, manter ou reforçar o nível de apoio às famílias e empresas Lousanenses. Fez um 9





apontamento de referência à APIN dizendo que se trata de um processo que fará o seu caminho e que terá benefícios no futuro, deixando a sugestão à Câmara Municipal, enquanto acionista, para que sejam publicados os relatórios de gestão e contas no site da empresa. -----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que algumas das questões colocadas, entretanto, já foram respondidas. Relativamente às alterações, esclareceu que foram feitas duas revisões que surgem da dinâmica da Câmara Municipal. Esclareceu, ainda, que é uma condição em alguns casos, fundamental, que estejam inscritas obras, ações e projetos no orçamento, porque só dessa forma é que poderão vir a ser candidatadas a fundos comunitários. Confirmou que as receitas de capital tiveram uma execução menor em função da dinâmica antes referida e da evolução das obras. Quanto à despesa corrente, disse que o Município da Lousã, até 31 de dezembro de 2021 teve despesa unicamente originada pela pandemia Covid-19 no montante superior a, um milhão cento e dezoito mil euros, e, para além dos apoios concedidos, nomeadamente ao tecido económico a Câmara Municipal abdicou de um universo de receitas bastante significativo e de uma receita que ronda os quatrocentos e sessenta e sete mil euros. Questionou como seria possível a Câmara Municipal abdicar de despesas com a descida de receitas, acrescentando o facto do peso das funções sociais que estão plasmadas no documento em apreciação. Sobre a liquidez imediata afirmou que a melhoria é expressiva, confirmou o resultado líquido negativo que assim continua apesar de ter uma trajetória no sentido referido na intervenção de Sérgio Pedroso. Deu especial atenção ao resultado das depreciações analisadas por Nelson Lopes. Relativamente à APIN, retificou que não é correto dizer-se que a Câmara Municipal desembolsou quinhentos mil euros para obras, antes porém, existe uma obrigação da empresa de executar obras no Concelho da Lousã, nesse valor. Sobre o resultado líquido negativo, balanceando despesas e receitas do município em 2019, último ano em que o Município da Lousã geriu diretamente o setor das águas, saneamento e resíduos, tendo em conta as receitas que tinha destes três serviços, teve um





resultado negativo superior a um milhão e quinhentos e cinquenta mil euros. Reiterou a análise de Luís Martins no que concerne às funções sociais e a Nelson Lopes sobre a exigência dos tempos futuros. A concluir, afirmou que os resultados apresentados são positivos relativamente ao desempenho da autarquia no ano de 2021. Expressou a toda a estrutura dos trabalhadores da Câmara Municipal o seu agradecimento pelo contributo que prestaram para a execução e concretização destes objetivos e, em particular à Divisão de Administração e Finanças pelo profissionalismo e pela forma como se dedica a esta causa prestando a melhor informação possível, com a melhor explicação e transparência aos vários factos relativos à gestão da autarquia, independentemente de alguns itens não serem tão positivos como gostaria. Deu, ainda, nota que a Câmara Municipal procurou fornecer os documentos com a máxima antecedência possível.

A Senhora Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam

9



favoráveis da Coligação "I	sendo aprovadas por unanimidade com os votos É Hora de Mudar" - PPD/PSD-CDS/PP, PS e BE, quando vinte e quatro membros eleitos
assinado todos as folhas o	tar, <b>a Senhora Presidente da Mesa</b> , depois de terem de presenças, declarou encerrada a reunião, eram nutos
	A Presidente da Mesa,
	Ana Ferreira  O 1.º Secretário,  Orlando Ferreira  A 2º Secretária,

Maria Aldina Martins